

Mulheres estão na política há 100 anos no Brasil, mas os próprios partidos ainda são fortes obstáculos

(Dimalice Nunes/Agência Patrícia Galvão, 14/08/2016) A luta pelo voto feminino no Brasil começou em 1916, com o registro do primeiro pedido formal de direito ao voto para as mulheres. Cem anos depois, o Brasil amarga a 153ª posição no ranking da IPU (Inter-Parliamentary Union) de participação feminina no parlamento entre os 185 países listados, atrás de países como Serra Leoa, Somália, Iraque e Afeganistão. Como se a colocação em si já não fosse decepcionante, há retrocesso: o Brasil perdeu 32 posições depois da eleição de 2014. Hoje, há 16% de mulheres no Senado e apenas 9,9% na Câmara Federal. Considerando as Américas, o Brasil só está na frente de Haiti e Belize.

Leia também: [Mulheres são mais críticas e decidem o voto na última hora](#)

- [Estrutura partidária ainda impõe barreiras à entrada das mulheres na política](#)

- [Candidaturas e mídia estão desafiadas a pautar interesses das mulheres no debate eleitoral](#)

Nos municípios, que são considerados a principal porta de entrada para as mulheres na política, a situação não é melhor. Segundo dados do Ibam (Instituto Brasileiro de Administração Municipal), nas eleições de 2012, 13% dos candidatos às prefeituras eram mulheres, que ficaram com 12% dos municípios. Para as Câmaras Municipais, mesmo resultado: 12% dos vereadores eleitos são mulheres, que eram 31% dos candidatos. “A gente não consegue romper essa barreira dos 12%. Esse número nos persegue de forma cruel mesmo quando há aumento do número de candidatas mulheres, como vimos para as vagas de vereador na última eleição”, explica Adriana Vale Mota, socióloga e consultora do Ibam. “Ainda temos uma representação que não corresponde à força e as contribuições das mulheres na sociedade brasileira. A participação das mulheres na vida pública é um dos pilares da democracia”, avalia Adriana. Os números são ainda piores no âmbito estadual: 11,4% nas assembleias legislativas, e 3,7% dos governos estaduais.



Adriana Mota, consultora do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (crédito: Géssica Brandino).

O machismo arraigado nos partidos e na vida pública afasta as mulheres com ambições políticas. Além de serem vistas apenas como um número para o preenchimento de cotas – desde 1997 é obrigatório que 30% das candidaturas de cada partido seja de um dos sexos. Mas essa determinação legal só passou a ser respeitada em 2012 pelos partidos. As mulheres que decidem brigar em pé de igualdade com os homens no ambiente político e partidário são invariavelmente vítimas de intenso preconceito e violência . “E a violência na política é diferente contra homens e mulheres. Enquanto com os homens a violência é física e até mesmo letal, contra as mulheres ela é simbólica, é uma violência que se disfarça de muitas formas e a Justiça não tem uma resposta para isso”, explica Adriana. De acordo com estimativas de estudiosos, caso não haja mudança na legislação eleitoral brasileira a equidade entre homens e mulheres só será alcançada no Brasil em 150 anos.

Para o cientista político da Universidade de Brasília (UnB) Luis Felipe Miguel, especialista em participação feminina na política, as mulheres vivem uma “corrida de obstáculos” para chegarem a cargos eletivos e alcançarem novos lugares na vida pública. Assim como para muitos homens, a carreira política geralmente começa na vereança, mas o gargalo a ser atravessado para avançar é ainda mais apertado para as mulheres do que o enfrentado pelos homens. Muitas carreiras políticas femininas se encerram no âmbito municipal. “Isso se explica em boa parte pela divisão sexual do trabalho. A vantagem no município é a proximidade da unidade familiar, o que explica também uma maior presença feminina em cidades pequenas”, afirma Luis Felipe.



Luis Felipe Miguel (crédito: Géssica Brandino).

Segundo o especialista, “o regime é formalmente igualitário, mas com ônus muito diferentes para homens e mulheres”. Ele lembra que itens como falta de creches ou escolas em período integral, por exemplo, limitam a participação das mulheres na vida pública. Além disso, dificilmente um homem que parte em busca de uma carreira pública na capital do seu estado ou em Brasília será questionado sobre os cuidados com os filhos ou sobre administração doméstica. As mulheres serão. E além de questionadas, terão dificuldade, ou a impossibilidade, de obterem o apoio necessário.

Para além dos números

As cotas colaboram com uma maior presença feminina na política, mas incentivam candidaturas pouco competitivas na visão de Luis Felipe. Candidatas “laranja” - lançadas apenas para o preenchimento das cotas - ainda são comuns e não há uma fiscalização efetiva do cumprimento dessas cotas. A lei de cotas só foi plenamente cumprida, em número, no pleito de 2014. “Os espaços de poder formal importam e os partidos ainda têm o monopólio desse acesso.”

O controle masculino da máquina partidária se mostra também na diferença entre as eleições para cargos representativos - onde valem as cotas - e majoritários, sem cotas. Basta comparar a presença de mulheres no Senado (16%) e nos governos dos estados (3,7%). “As mulheres não conseguem penetrar nesses espaços. Há um poder simbólico que quer mostrar o tempo todo que o espaço da política é só para homens”, completa Miguel.

Para Jacira Melo, diretora do Instituto Patrícia Galvão, “o convite para que mulheres se candidatem é só para preencher a cota. Em geral os partidos convidam na última hora mulheres que não têm chance eleitoral”, afirma. “Sem apoio, é tão difícil o processo de campanha dessas candidatas que a maioria não volta a se candidatar, conclui.



Fátima Pacheco Jordão (crédito: Géssica Brandino)

As pesquisas e as urnas, muitas vezes, provam o quanto os partidos estão dissociados da realidade da sociedade. Para Fátima Jordão, socióloga e especialista em pesquisas de opinião e campanhas políticas, a imagem das mulheres candidatas tende a ser mais positiva para o eleitorado do que a dos homens. É frequente que elas sejam mais associadas a palavras como honestidade e ética. “Há uma força real das mulheres que os partidos ainda teimam em ignorar. Haverá mais candidatas esse ano pela força da lei eleitoral, mas os partidos aos poucos também começam a perceber essa força.”

Além da fiscalização do que a lei já determina, Adriana, do Ibam, acredita que é necessário que uma proposta de reforma política contemple de fato a perspectiva de gênero. Para ela, regras devem viabilizar a criação de cotas para mulheres eleitas, aquelas que de fato ocuparão os espaços políticos. Isto é, exigir de cada partido ou coligação o percentual, por exemplo, de no mínimo 30% de eleitas por sexo e não mais de 30% de candidaturas por sexo.

A ideia tem respaldo popular. Em pesquisa de percepção realizada pelo Ibope e pelo Instituto Patrícia Galvão, 80% dos entrevistados defendem a obrigatoriedade de participação de 50% de mulheres no Legislativo e 74% acreditam que só há democracia de fato com a presença de mais mulheres nos espaços de poder e tomada de decisão. Quanto aos partidos, 78% dos entrevistados concordam que eles deveriam apresentar listas de candidatos compostas por metade homens e metade mulheres e 73% dos entrevistados defendem punição no descumprimento disso.

Candidaturas e mídia estão desafiadas a pautar interesses das mulheres no debate eleitoral

(Luciana Araújo/Agência Patrícia Galvão, 09/08/2016) Na primeira eleição em que as

[mulheres são maioria do eleitorado em todas as unidades da federação](#), candidaturas, equipes de campanha e profissionais do jornalismo precisam abrir os olhos para o peso do voto deste segmento. Essa foi a avaliação consensualmente expressa pelos representantes dos principais institutos de pesquisas durante o Seminário Nacional 'Desafios para a Igualdade de Gênero e Raça nas Eleições Municipais de 2016', que reuniu especialistas e jornalistas de todas as regiões do país. O evento foi realizado pelo Instituto Patrícia Galvão nesta segunda e terça-feiras, na cidade de São Paulo, com apoio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Ministério da Justiça e Cidadania.



Alessandro Janoni fala durante o seminário, tendo a seu lado Márcia Cavallari (à esquerda) e Renato Meirelles e Jacira Melo (à direita) (Foto: Luciana Araújo).

Eleições 2016: oportunidade para as mulheres candidatas e eleitoras

“Nunca foi tão importante colocar no debate eleitoral as demandas das mulheres. E elas têm um conjunto de demandas muito objetivas para a esfera municipal”, ressalta o presidente do instituto Locomotiva Pesquisa e Estratégia, Renato Meirelles.

O fato de pleitos municipais serem os espaços que debatem centralmente os problemas sociais gerados pelas desigualdades de gênero, raça e classe que estão mais próximos da realidade da população também coloca as mulheres no centro da decisão eleitoral. “As mulheres são muito mais críticas sobre o comportamento eleitoral nas eleições municipais do que em quaisquer outras, porque o funcionamento das cidades como um todo afeta muito o dia a dia delas. É a creche, o lixo que não foi recolhido, o transporte. Então, o criticismo das mulheres é muito maior que o dos homens”, ressalta Márcia Cavallari, CEO do Ibope.

Na apresentação que fez durante o evento Márcia Cavallari mostrou com dados que a tarefa de ganhar o voto feminino não será fácil este ano. Para 77% das brasileiras as expectativas de

vida não são animadoras - 44% afirmam sentir-se apáticas em relação ao ano como um todo, à vida pessoal, à política e à economia e 23% se declaram incrédulas nas perspectivas para este ano em comparação com o ano passado. Além disso, 36% delas estão pessimistas com o futuro do país.

E chegamos à mais alta taxa de percepção nos últimos oito anos de que as liberdades democráticas, direitos sociais, oportunidade e seguridade não estão garantidos no país, especialmente para as mulheres (62%). Em 2007, primeiro da série apresentada na pesquisa [Latinobarômetro](#), 54% tinham essa percepção.

“Decidindo seu voto cada vez mais tarde, a mulher tem também o poder de mudar o resultado da eleição pelo peso que ela tem no eleitorado”, ressalta a CEO do Ibope.

Quase metade das mulheres brasileiras (47%) também avalia mal os prefeitos de seus municípios e os problemas da saúde pública são a maior preocupação para 43% delas. Nesse contexto, ganha peso o debate sobre a [garantia dos direitos das mulheres frente à epidemia do zika vírus](#), que também foi pauta do seminário após apresentação de dados das pesquisas realizadas neste ano pelo Instituto Patrícia Galvão em parceria com o Locomotiva e o Data Popular. O debate contou com a participação da consultora da ONU Mulheres Linda Goulart e do consultor do Fundo de Populações das Nações Unidas, Roger Nascimento.

Para Alessandro Janoni, vice-presidente do Datafolha, o desinteresse das mulheres verificado pelos três institutos em pesquisas diversas se explica porque “a crise de representação tem como base a delegação de poder. Vou eleger um representante e dar poder a ele quando na verdade vejo que ele representa os interesses dele?”

Mapa eleitoral evidencia contradições



Da esquerda para a direita, Luana Natiele (Plataforma Dhesca), Fátima Pacheco Jordão, Luis

Felipe Miguel e Adriana Valle Mota (Foto: Géssica Brandino).

A análise dos resultados eleitorais na última década coloca as regiões Nordeste e Norte do país como referências positivas para a igualdade de gênero na política em um país que está na retaguarda absoluta no quesito da participação política. O Brasil ocupa o 124º lugar em participação feminina no parlamento federal quando analisadas 145 nações. Na América Latina fica à frente apenas do Haiti e Belize. Nas eleições de 2008, no Norte e Nordeste brasileiros os percentuais de mulheres eleitas ficaram acima da média nacional em todos os cargos disputados.

Naquele pleito o Brasil elegeu 12,52% de vereadoras. Nos sete estados nortistas o percentual de mulheres eleitas para as câmaras municipais foi de 14,82%. E nos nove estados da região Nordeste o índice de vereadoras eleitas foi de 13,58%. As prefeituras foram conquistadas por 504 mulheres (9,07%) - um pequeno aumento em relação a 2004, quando apenas 407 prefeitas foram eleitas. A região Sudeste foi a que elegeu menos vereadoras (10,61%) em 2008, e o Sul do país foi onde as mulheres conquistaram menos espaços nas prefeituras (5,72%).

Apesar desses dados, a região Norte do país tem estados como o Amazonas, que nunca elegeu uma governadora e nem teve uma mulher entre os presidentes das câmaras municipais ou da Assembleia Legislativa. “A capital, Manaus, nunca teve uma prefeita eleita”, lembrou a editora de política do jornal *Em Tempo*, Valéria Costa. Hoje a única representante do sexo feminino no comando de um governo estadual naquela região é Suely Campos (PP), em Roraima, que se tornou candidata após seu marido e antigo político no Estado tornar-se inelegível pela Lei da Ficha Limpa.

Para a socióloga Adriana Valle Mota, uma das explicações para o fenômeno da maior representatividade feminina no Norte e Nordeste está no tamanho dos municípios. “Quanto menor a cidade maiores as chances de as mulheres terem um destaque naquela comunidade”, afirmou a consultora do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam).

Ao fator geográfico o também sociólogo e professor da Universidade de Brasília Luís Felipe Miguel acrescentou outros três entraves para a carreira política das mulheres. São eles: a divisão sexual do trabalho, a extensão da carreira política no país para quem ambiciona os principais cargos e a estrutura social que leva as mulheres a compreenderem que o espaço da política institucional é masculino e que elas não são bem-vindas. “Temos carreiras políticas que se encerram no nível municipal, não por incapacidade mas porque as próprias mulheres ‘limitam’ sua ambição por conta dos imperativos familiares, o que ajuda a explicar porque elas estão mais presentes na política nos municípios menores”, avaliou.

Competitividade das mulheres põe em risco “oligarquias partidárias masculinas”

Para Luis Miguel, que ressaltou que “os resultados das eleições de 2014 foram os piores em muitos anos” para as mulheres no Congresso Nacional, é importante ressaltar que no primeiro turno daquelas eleições dois em três votos foram para mulheres - Dilma Rousseff, Marina Silva ou Luciana Genro. E a leve vantagem que a representatividade feminina alcançou no Senado Federal (16%) também evidencia que elas “têm competitividade eleitoral”.

A socióloga Fátima Pacheco Jordão concorda e ressalta: “O poder das mulheres na política é muito grande, por isso as oligarquias partidárias masculinas seguram as candidaturas e os espaços das mulheres nos partidos. Eleitoralmente somos muito perigosas”.

Jacira Melo, diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão, complementou ressaltando que “as mulheres vão às eleições em condições muito desiguais”.

Luana Natielle, pesquisadora da Plataforma de Direitos Humanos Dhesca Brasil, ressaltou que o espaço dos partidos políticos e dos cargos públicos chegam a ser “espaços violentos, e se é sim importante garantir a participação das mulheres é preciso aprofundar o debate sobre porque esse espaço é tão violento”.

“Os partidos políticos são um reduto masculino e isso dificulta a nossa participação. Alguns partidos têm feito algumas ações para colocar mulheres nos diretórios nacionais e estaduais, e isso é muito importante. Quando se faz o recorte de raça a situação fica ainda mais difícil”, destacou Silvia Rita Souza, representante da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

[As excluídas da política, por Aníbal Diniz](#)

(O Globo, 18/05/2014) *Menos de 9% dos parlamentares eleitos para o Congresso Nacional são mulheres: dos 513 deputados federais, 45 foram eleitas em 2010*

Em um ano eleitoral marcado pela candidatura de uma mulher à reeleição para o mais alto cargo do país, a Presidência da República, e a candidatura de outra mulher para vice-presidente, em chapa adversária, observamos o salto que o país conseguiu dar, nas últimas décadas, em direção à igualdade de gêneros. No entanto, permanece inalterado o enorme desafio de ampliar efetivamente a participação das mulheres na política.

Leia também: [Mulheres ainda sofrem preconceito na política, diz dirigente de associação \(D24AM, 17/05/2014\)](#)

Nas casas legislativas, por exemplo, a presença das mulheres não conta com mais de 14% do total de cadeiras, resultado que situa o Brasil nas últimas posições do ranking mundial de participação feminina. E a maior atuação política feminina significa, sem dúvida, um passo adiante no fortalecimento de uma sociedade mais equilibrada e democrática.

Por isso, apresentei ao Senado projeto de lei para alterar a Lei nº 4.737, de julho de 1965 (Código Eleitoral), com o objetivo de reservar, quando da renovação de dois terços do Senado Federal, uma vaga para candidaturas masculinas e uma para as femininas. O foco é permitir que o Senado tenha uma presença feminina muito maior a partir de 2018.

A disputa para o Senado é a única eleição majoritária que, a cada oito anos, destina duas vagas, de três, a cada estado. E, nessas eleições, podemos prever que uma vaga seja destinada a uma candidata mulher e que a outra seja disputada por homens.

É preciso tornar mais equilibrado o cenário político nacional. Dados do Tribunal Superior Eleitoral mostram que, hoje, menos de 9% dos parlamentares eleitos para o Congresso Nacional são mulheres: dos 513 deputados federais, 45 mulheres foram eleitas em 2010. O Brasil ocupa o 156º lugar, num total de 188 países, em relação à representação da mulher no

Poder Legislativo. No entanto, as mulheres representam mais da metade da população e do eleitorado do país e somam mais de 40% da força de trabalho ativa.

Em 1997, a Lei das Eleições (nº 9.504) passou a prever a reserva de vagas para a participação feminina nos cargos proporcionais — deputado federal, estadual e distrital e vereador. Em 2009, com a sanção da Lei nº 12.034, essa participação passou a ser obrigatória. O novo texto, que consta do parágrafo terceiro do artigo 10 da Lei nº 9.504, estipula que sejam preenchidas (e não apenas reservadas) “as candidaturas com o mínimo de 30% e o máximo de 70% de cada sexo”, lembra o tribunal.

No entanto, essa é uma lei fria, já que, na realidade, os partidos utilizam o malfadado expediente de candidaturas femininas fictícias apenas para preencher a cota obrigatória dos 30%. A igualdade de representação dos sexos na composição dos legislativos municipais, estaduais e nacional continua uma meta relevante. Para isso, precisamos alterar a estratégia e adotar uma forma de reserva de cadeiras, e não apenas de candidaturas.

Aníbal Diniz é senador (PT-AC)

Acesse o PDF: [As excluídas da política \(O Globo, 18/05/2014\)](#)

[Acesse no site de origem](#)

[Mulheres, onde estamos? por Luciana Lóssio](#)

(Folha de S.Paulo, 28/03/2014) Em ano de eleições, é fundamental refletir sobre a participação de todos os grupos sociais no processo eleitoral e decisório do país. No mês em que celebramos o Dia Internacional da Mulher, a questão de gênero não pode ficar de lado.

No que diz respeito à participação feminina na política, o Brasil ocupa a 156ª posição, entre 188 países, no ranking de representatividade em cargos eletivos no Poder Legislativo, elaborado pela União Interparlamentar (IPU). Quando o cenário são as Américas, estamos no 30º lugar, entre os 34 pesquisados.

Nós, brasileiras, possuímos o direito a votar desde 1932, ano de aprovação do Código Eleitoral, que, entre outras conquistas, instituiu a Justiça Eleitoral. Integramos a sétima economia do mundo e a principal da América Latina. Vivenciamos uma democracia plena há duas décadas, mas a participação feminina na política ainda é escassa.

No Poder Legislativo federal, temos apenas dez senadoras nas 81 cadeiras, o que corresponde a 12% de representação, e 45 deputadas federais de um total de 513, ou seja, apenas 8,7% na Casa que representa o povo brasileiro. É o único dos três Poderes da Federação que ainda não foi presidido por uma mulher.

A representatividade de mulheres eleitas deputadas federais passou de 1,5% em 1982, quando

oito foram eleitas para o cargo, para 8,7% em 2010. Há um longo caminho a ser trilhado pelas mulheres, como eleitoras e candidatas, em busca da representatividade.

A fragilidade da posição do Brasil nas esferas mundial e americana surpreende mais diante do fato de que 51,9% do eleitorado brasileiro é composto por mulheres. Precisamos de candidatas dispostas a abraçar a árdua disputa da política.

As cotas de gênero para candidatos (30% e 70%), fixadas na Lei das Eleições, representam avanço legal expressivo que assegura a participação feminina entre os nomes submetidos à avaliação popular nas urnas, como política afirmativa durante uma fase de transição. Mas, na prática, elas não são cumpridas, seja pela ausência de candidatas, seja pela falta de condições de igualdade efetiva na disputa.

Com o resultado das eleições de 2010, as mulheres passaram a ocupar 11% dos cargos de governador e 14% das cadeiras de deputados estaduais. Em 2012, as mulheres conquistaram 11% das prefeituras e 13% das cadeiras de vereadores. A pequena participação de mulheres na política dissocia-se da realidade vivida no Brasil na qual as mulheres exercem funções e cargos de alta responsabilidade há tempos.

Há desinteresse das mulheres em participar do processo político ou ainda existem freios sociais e partidários à expansão do espaço feminino? Esse debate é imprescindível.

No Tribunal Superior Eleitoral, faremos nossa parte. De acordo com a legislação, a Justiça Eleitoral pode promover, entre 1º de março e 30 de junho dos anos eleitorais, propaganda institucional destinada a incentivar a igualdade de gênero. A publicidade oficial incentivará a participação da mulher na política. Agora, cabe a cada cidadão entender que, além de votar, é possível construir um novo futuro.

LUCIANA LÓSSIO, 39, é ministra do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Acesse o PDF: [Mulheres, onde estamos? por Luciana Lóssio](#)